



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0601248-20.2022.6.02.0000

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) - 0601248-20.2022.6.02.0000 - Maceió - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador NEY COSTA ALCANTARA DE OLIVEIRA

RESPONSÁVEL: ELEICAO 2022 ADEMARIO DE OLIVEIRA DEPUTADO FEDERAL, ADEMARIO DE OLIVEIRA

Advogado do(a) RESPONSÁVEL: ALISSON DE VASCONCELOS LIMA - AL9124

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. AVALIAÇÃO PRÉVIA DAS CONTAS. FALHAS CONSTATADAS. DILIGÊNCIAS SUGERIDAS PELA COMISSÃO DE EXAME DAS CONTAS DE CAMPANHA. INTIMAÇÃO DO CANDIDATO PARA REGULARIZAÇÃO. NÃO COMPARECIMENTO. PERMANÊNCIA DE VÍCIOS GRAVES. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS. EXTRATOS BANCÁRIOS. IRREGULARIDADE QUE COMPROMETE A CONFIABILIDADE DA CONTABILIDADE DE CAMPANHA. OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO À FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA. DESAPROVAÇÃO. PRECEDENTES DO TSE. DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO AO TESOUREIRO NACIONAL DE RECURSOS DO FEFC UTILIZADOS IRREGULARMENTE.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em DESAPROVAR as contas de campanha do candidato ADEMARIO DE OLIVEIRA, referentes às Eleições 2022, nos termos do art. 30, inciso III, da Lei nº 9.504/97, conforme voto do Relator.

Maceió, 19/06/2023

RELATÓRIO

Tratam os autos de prestação de contas de campanha, referente às Eleições de 2022, apresentada por ADEMARIO DE OLIVEIRA, candidato ao cargo de Deputado Federal.

Autuados e distribuídos, os autos foram submetidos ao crivo analítico da Comissão de Exame das Contas de Campanha, cujo posicionamento preliminar foi no sentido de converter o feito em diligência com o fito de suprimir as falhas relacionadas no parecer Id 10027992.

Regularmente intimado, o candidato não se manifestou.

Em Parecer Técnico Conclusivo (Id 10030044), a unidade técnica deste Tribunal opinou pela desaprovação das contas de campanha apresentadas, elencando as seguintes falhas que restaram pendentes: a) os extratos bancários juntados aos autos não abrangiam todo o período da campanha, estando ausentes a movimentação referente ao mês de outubro, situação que contraria o disposto no *art. 53, da Resolução TSE nº 23.607/2019*, obstaculando a análise da real movimentação financeira de campanha, constituindo uma irregularidade; b) inconsistências sobre o pagamento de várias despesas de campanha com a utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, no valor total de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), pois tanto o prestador do serviço como o tomador destes residem em município diverso ao município onde foi emitida a nota fiscal, constituindo uma irregularidade indicativa de desaprovação, podendo gerar a obrigação de devolver o recurso com fulcro no *art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019*; e c) não apresentação de documentação complementar, com vistas à comprovação da regularidade de gastos eleitorais no valor de R\$ 7.975,00 (sete mil, novecentos e setenta e cinco reais), conforme previsão do *art. 53, § 2º, incisos I e II, da Resolução TSE nº 23.607/2019*, o que inviabilizou a fiscalização da SCEP, constituindo uma irregularidade.

Ademais a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias opinou no sentido do recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), correspondente à despesa realizada irregularmente com recursos oriundos do FEFC.

Instada a se manifestar, a Procuradoria Regional Eleitoral opinou pela desaprovação das contas de campanha e pelo recolhimento ao Tesouro Nacional do montante de R\$ 7.975,00 (sete mil, novecentos e setenta e cinco reais), referente à utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC sem a devida comprovação.

Era o que havia de importante para relatar.

VOTO

Senhores Desembargadores, a presente prestação de contas foi devidamente subscrita, apresentada tempestivamente e é composta das peças previstas na *Resolução TSE nº 23.607/2019*.

De início, é importante esclarecer que o escopo da análise da prestação de contas é coibir a arrecadação de recursos de forma irregular e o gasto ilícito que comprometa a lisura e a igualdade de oportunidades durante o pleito e que macule a vontade do eleitor pelo abuso do poder econômico.

Conforme relatado, em Parecer Técnico Conclusivo (Id 10030044), a unidade técnica deste Tribunal opinou pela desaprovação das contas de campanha apresentadas, elencando as seguintes falhas que restaram pendentes: a) os extratos bancários juntados aos autos não abrangiam todo o período da campanha, estando ausentes a movimentação referente ao mês de outubro, situação que contraria o disposto no *art. 53, da Resolução TSE nº 23.607/2019*, obstaculando a análise da real movimentação financeira de campanha, constituindo uma irregularidade; b) inconsistências sobre o pagamento de várias despesas de campanha com a utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, no valor total de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), pois tanto o prestador do serviço como o tomador destes residem em município diverso ao município onde foi emitida a nota fiscal, constituindo uma irregularidade indicativa de desaprovação, podendo gerar a obrigação de devolver o recurso com fulcro no *art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019*; e c) não apresentação de documentação complementar, com vistas à comprovação da regularidade de gastos eleitorais no valor de R\$ 7.975,00 (sete mil, novecentos e setenta e cinco reais), conforme previsão do *art. 53, § 2º, incisos I e II, da Resolução TSE nº 23.607/2019*, o que inviabilizou a fiscalização da SCEP, constituindo uma irregularidade.

Ademais a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias opinou no sentido do recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), correspondente à despesa realizada irregularmente com recursos oriundos do FEFC.

Analisando os autos, observo que o prestador foi intimado das falhas apontadas pela unidade técnica. Contudo, ficou-se inerte, não cumprindo a tempo e modo as diligências que lhe foram determinadas pela Justiça Eleitoral, e, portanto, não apresentou os documentos necessários à comprovação da regularidade de suas contas de campanha, sem que houvesse qualquer razão a justificar sua inércia.

Portanto, tendo sido oportunizada ao prestador de contas a possibilidade de sanar as falhas apontadas pela unidade técnica na presente prestação de contas e não tendo ele apresentado a documentação apta a afastar a sanção de desaprovação da sua contabilidade de campanha no prazo legalmente previsto, nem demonstrado qualquer razão plausível para a sua incúria, entendo que a presente contabilidade de campanha deve ser rejeitada.

No que se refere a primeira irregularidade apontada, importante consignar que a norma de regência exige que a prestação de contas seja composta pelos extratos bancários das contas específicas abertas em nome do candidato, os quais devem ser apresentados em sua forma definitiva, demonstrando a movimentação

financeira de todo o período de campanha (ou sua ausência), o que não foi observado pelo prestador no presente caso. Observe-se o que dispõe a Resolução TSE nº 23.607/2019:

Art. 53. Ressalvado o disposto no art. 62 desta Resolução, a prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deve ser composta:

(i)

II - pelos seguintes documentos, na forma prevista no § 1º deste artigo:

a) extratos das contas bancárias abertas em nome do candidato e do partido político, inclusive da conta aberta para movimentação de recursos do Fundo Partidário e daquela aberta para movimentação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), quando for o caso, nos termos exigidos pelo inciso III do art. 3º desta Resolução, demonstrando a movimentação financeira ou sua ausência, em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, vedada a apresentação de extratos sem validade legal, adulterados, parciais ou que omitam qualquer movimentação financeira; (Grifei).

Dessa feita, a ausência dos extratos bancários de campanha constitui descumprimento do *art. 53, inciso II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019*, uma vez que se trata de peça obrigatória, necessária para se atestar a regularidade das contas de campanha, não se confundindo com meras impropriedades de aspecto formal.

Nesse prisma, a ausência de extratos bancários, por si só, configura irregularidade grave apta a ensejar a desaprovação das contas de campanha, tendo em vista o comprometimento do efetivo controle da contabilidade, uma vez que resta inviabilizado o confronto com as informações trazidas pelos extratos eletrônicos. Nesse mesmo sentido:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVOS REGIMENTAIS. RECURSO ESPECIAL. PARCIAL PROVIMENTO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VEREADOR. NÃO ABERTURA DE CONTA DE CAMPANHA. APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA. DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. Consoante jurisprudência deste Tribunal Superior, apresentados minimamente documentos na prestação de contas, estas devem ser desaprovadas, e não julgadas não prestadas. (AgR-REspe nº 725-04/PR, ReI. Min. Luciana Lóssio, DJe de 18.3.2015; AgR-REspe nº 1758-73/PR, ReI. Min. Rosa Weber, DJe de 26.4.2018).

2. A não abertura de conta de campanha e a ausência na apresentação do extrato bancário constituem motivo para a desaprovação das contas, mas não ensejam, por si só, o julgamento destas como não prestadas. (AgR-REspe nº 157-24/AP, de minha relatoria, DJe de 6.6.2018; AgR-REspe nº 432-59/SE, de minha relatoria, julgado em 10.8.2018; AgR-REspe nº 3110-61/GO, ReI. Min. Henrique Neves da Silva, DJe de 20.9.2016; AgR-REspe nº 1910-73/DF, ReI. Min. Luciana Lóssio, DJe de 5.8.2016).

3. Agravos regimentais desprovidos.

(TSE - Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 40139 - BREJO GRANDE - SE - Acórdão de 13/08/2018 - Relator Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto - Publicação: DJE, t. 180, Data 06/09/2018, p. 40-41). (Grifei).

ELEIÇÕES 2014. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. DEPUTADO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE EXTRATO BANCÁRIO. CASO DE DESAPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO.

1. As contas serão julgadas como não prestadas apenas quando não fornecida, pelo candidato, comitê ou diretório, a documentação indispensável para a formulação, pelo órgão técnico responsável pelo exame dessas contas na Justiça Eleitoral, do relatório preliminar. Precedente.

2. Embora a falta de extratos bancários constitua falha de natureza grave, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, os demais documentos apresentados pelo candidato possibilitaram o processamento das contas, motivo pelo qual o caso é de desaprovação.(...)

(TSE, AgR-REspe nº 1683-67/AM, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJe de 9/8/2016). (Grifei).

De mais a mais, em análise ao trâmite adotado nos presentes autos, verifico o cumprimento de todas as formalidades legais, além do efetivo respeito aos direitos do candidato, na medida em que lhe foi garantido o contraditório e a ampla defesa, de modo que não há qualquer justificativa para que o prestador não tenha acostado ao processo, no prazo legalmente previsto, todos os extratos bancários referentes à sua campanha em sua forma definitiva, contemplando todo o período de campanha, tratando-se de documentos essenciais ao exame da sua contabilidade, razão pela qual, como dito, penso que a presente contabilidade deve ser desaprovada.

Já em relação às outras falhas existentes na presente prestação de contas, acima elencadas, desnecessário tecer maiores comentários, já que a irregularidade acima referida, por si só, é suficiente para a rejeição da contabilidade de campanha. Entretanto, como ressaltado pela unidade técnica, o prestador deverá recolher ao Tesouro Nacional o montante referente ao uso irregular de recursos advindos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, nos termos do *art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019*.

Nesse sentido, corroboro o entendimento do eminente Procurador Regional Eleitoral quando afirma que (Id 10034701) "*quanto à recomendação de recolhimento do valor de R\$ 7.500,00, contida no item 9 do parecer (Id 10030044), entende este Parquet que a irregularidade apontada, de forma isolada, não reflete na regularidade do gasto eleitoral (comprovação da despesa), para fins de devolução ao erário dos recursos públicos utilizados. Por outro lado, a ausência da documentação complementar solicitada em diligência (amostra do material gráfico contratado), destinada à comprovação dos gastos com publicidade por materiais impressos, pagos com recursos do FEFC, afeta a fiscalização da Justiça Eleitoral sobre os recursos públicos empregados, comprometendo, na visão do Ministério Público, a regular comprovação do gasto eleitoral.*"

Nessa linha de raciocínio, considerando que o candidato utilizou em sua campanha recursos oriundos do FEFC no montante de R\$ 7.975,00 (sete mil, novecentos e setenta e cinco reais), bem como que, apesar de intimado para tanto, não apresentou a documentação complementar solicitada pela unidade técnica deste Tribunal, dificultando a fiscalização desta Justiça Especializada e não comprovando a regularidade dos gastos, penso ser indiscutível a necessidade de recolhimento desse montante ao Tesouro Nacional, por se tratar de recursos públicos utilizados na campanha sem a devida comprovação.

Nesse contexto, as previsões normativas e os precedentes jurisprudenciais acima transcritos ratificam a gravidade das falhas detectadas e a necessidade de desaprovação das contas ora analisadas, uma vez que comprometem a regularidade e a confiabilidade da contabilidade de campanha apresentada.

Ante o exposto, voto pela **DESAPROVAÇÃO** das contas de campanha do candidato ADEMARIO DE OLIVEIRA, referentes às Eleições 2022, nos termos do *art. 30, inciso III, da Lei nº 9.504/97*.

Por fim, determino que, após o trânsito em julgado desta decisão, o candidato seja notificado, na forma da legislação de regência, para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 7.975,00 (sete mil, novecentos e setenta e cinco reais), devidamente atualizado, sob pena de remessa de cópia digitalizada dos autos à representação estadual da Advocacia-Geral da União, para fins de cobrança, nos termos do *art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019*.

É como voto.

Desembargador NEY COSTA ALCANTARA DE OLIVEIRA

Relator